

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

IBAM 800 QUESTÕES

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Matemática e Raciocínio Lógico
- › Informática
- › Direito Constitucional
- › Direito Administrativo
- › Administração Geral e Pública
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Civil
- › Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



IBAM

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICIPAL

800 QUESTÕES GABARITADAS



CÓD: SL-160JH-26
7901183001194

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	71
3. Informática.....	85
4. Direito Constitucional	107
5. Direito Administrativo.....	123
6. Administração Geral e Pública	139
7. Direito Penal	153
8. Direito Processual Penal	163
9. Direito Civil.....	189
10. Direito Processual Civil.....	209

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (IBAM - 2026)

Considere o texto a seguir para responder a questão

Literatura como direito humano

O mestre Antonio Candido, já pelos idos de 1980, nos ensinava que a literatura é um direito humano porque é um bem indispensável à nossa humanização. E é indispensável à nossa humanização porque realiza funções fundamentais para o nosso desenvolvimento enquanto seres humanos. A literatura estimula e alimenta nossa imaginação, que é a essência da nossa humanidade; nos provoca e possibilita o exercício da alteridade, pois nos coloca no lugar de outra pessoa (as personagens); contribui para o desenvolvimento do nosso repertório linguístico, aumentando nossa capacidade de comunicação com o mundo; e, ainda, nos propicia conhecer, de uma outra maneira, o desenvolvimento do mundo e os conhecimentos produzidos ao longo da história.

Nenhum ser humano vive sem sonhos, sem imaginação. Os sonhos, no sentido da imaginação, são a principal matéria da cultura. Diferentemente de outras espécies – além do polegar opositor e da racionalidade – tudo o que o ser humano constrói, antes de construído, foi imaginado. Quando imaginamos uma casa – a “casa dos nossos sonhos” – a idealizamos e depois a construímos. Quando terminamos de construir já temos outra imagem, outro sonho, já queremos “aperfeiçoar” o que antes era ideal, e assim sucessivamente. Podemos dizer que nossa imaginação e nossos sonhos alimentam a nossa vida, o nosso movimento no mundo.

A literatura estimula essa imaginação.

À medida que lemos, vamos criando imagens, essas imagens nos transportam para outro tempo e outro espaço. Essa viagem no tempo e no espaço nos ajuda a perceber, ainda que inconscientemente, que a realidade não está dada, não é imutável, não é congelada, assim é porque assim tem que ser. Isso fortalece nossa capacidade de transformar as coisas, as nossas realidades. Esse exercício também nos alimenta a alteridade, quando nos colocamos no lugar de outra pessoa e podemos sentir empatia. Lynn Hunt em seu livro “A invenção dos Direitos Humanos” apresenta uma interessante pesquisa sobre como o romance epistolar,

no contexto do século XVIII, contribuiu para que a sociedade fosse construindo empatia. Através da leitura do romance em forma de cartas, as pessoas começaram a se identificar com outras, não suas iguais nem próximas, mas as distantes e fictícias personagens dos romances de Rousseau e de Richardson, compreendendo através das histórias de Júlia, Clarissa e Pamela, que todas as pessoas são constituídas de sentimentos, sentem dor, alegria, amor, ódio. Esses romances ocuparam o centro do debate sobre literatura na Europa do século XVIII e, segundo a pesquisadora, tiveram um papel importante para que a noção de direitos humanos começasse a se desenvolver, certamente junto com outras artes e outros elementos daquele contexto, daquela realidade.

Quando lemos literatura, podemos viver em outras peles, tão diversas! Tão contraditórias! Além de permitir o exercício da imaginação e nos transportar para outros tempos e cenários, a literatura nos leva também às peles de gente do bem e gente do mal. Exercita nossa alteridade, nossa compaixão, nossa parte boa e nossa parte má. E como trazido nos debates apresentados por Lynn Hunt, a tendência humana é sempre ficar ao lado dos oprimidos e não dos opressores. Isso não quer dizer que a literatura salva ninguém. Apenas que ela nos dá elementos para escolhermos ser melhores ou não em nossa humanidade.

A literatura aumenta a nossa capacidade de comunicação. Quem nunca ouviu a máxima “quem bem lê bem fala, melhor vê”. Através da literatura também podemos dar forma a conhecimentos que a partir de outras disciplinas escolares nos parecem tão distantes e abstratos. Por exemplo, como a revolução industrial estudada no livro didático é tão diferente da compreendida quando lemos a obra de Émile Zola, “Germinal”! No romance ela toma forma e sentimento, o texto nos transporta para o contexto e compreendemos em um outro lugar da nossa alma o que aconteceu no mundo naquela época, com aquelas pessoas, para além dos fatos congelados no papel. Da mesma forma, podemos conhecer a cidade do Rio de Janeiro do século XIX nos livros de história, distante, impessoal e inexpressiva e torná-la amplificada e viva, se sentida, cheirada e vivida nas obras de Machado

Assis e de Aluísio Azevedo. Podemos também entender a humanidade na atualidade das vivências de um menino treloso, em “As Mentiras de Paulinho”, de Fernanda Lopes de Almeida, e compreender que a criança tem muita imaginação e cria e conta, não necessariamente mente.

O exercício de ler literatura aos poucos vai nos permitindo perceber que nossas múltiplas visões e interpretações da realidade se entrecruzam, dialogam com os textos e se transformam em outras percepções de mundo, ampliado, múltiplo, possível. Com isso, nos desenvolvemos; desenvolvemos nosso olhar; desenvolvemos nossa humanidade, “saímos da caixinha”.

“Essa viagem no tempo e no espaço nos ajuda a perceber, ainda que inconscientemente, que a realidade não está dada, não é imutável, não é congelada...”

O vocábulo “viagem” é um exemplo de palavra que gera dúvidas na escrita, pois existem as formas com “g” ou “j”, dependendo do contexto. Outros vocábulos com letras “s”, “ss”, “ch” e “z” também costumam causar incertezas na grafia. Com base nisso, complete os enunciados abaixo com a forma correta das palavras.

I.O do pôr do sol deixou todos encantados na praia.

II.As crianças se divertiam girando alegremente no do parque.

III.Ele estacionou o carro com precisão, encaixando-o perfeitamente na.

IV.O aroma doce dos frutos do atraia os passarinhos para a copa da árvore.

V.O galho caiu depois da tempestade.

A sequência que completa corretamente as lacunas é:

- (A) esplendor, carrossel, baliza, genipapo, troncho.
- (B) esplendor, carrossel, baliza, jenipapo, troncho.
- (C) esplendor, carrocel, balisa, genipapo, tronxo.
- (D) esplendor, carrocel, balisa, jenipapo, tronxo.

2. (IBAM - 2025)

O texto seguinte servirá de base para responder à questão

RELÓGIOS ROLEX ESTÃO MAIS CAROS QUE O USUAL POR CONTA DE “CORRIDA DO OURO”

Os relógios Rolex, que não são conhecidos por serem acessíveis, estão ficando ainda mais caros este ano, devido ao alto preço do ouro.

Os preços de alguns dos relógios de ouro da empresa suíça saltaram até 14% em 2025, de acordo com vários sites de entusiastas que rastreiam listagens.^{A)} Essa é uma comparação gritante com seus equivalentes de

aço, que tiveram um aumento médio de 3%.

O aumento do preço do ouro foi o grande responsável por elevar os preços dos relógios de ouro duas vezes em 2024. Os preços do ouro subiram 27% no ano passado, com os bancos centrais ao redor do mundo cortando as taxas.

Os investidores geralmente veem o ouro como um porto seguro em tempos de turbulência econômica e inflação, e quando as taxas de juros são cortadas, o ouro pode se tornar mais atraente do que ativos que pagam renda, como títulos.

Mas não espere que os preços mais altos desanimem compradores e colecionadores de relógios.^{B)} Em vez disso, clientes ricos têm bolsos muito fundos que “raramente são impaquitados por flutuações”^{D)} de mercado que afetam consumidores comuns”, escreveu Antonio Sasso para o Italian Watch Spotter.

Ele acrescentou que “aumentos de preços não apenas não levam a uma perda significativa de clientes, como se tornam uma estratégia-chave”. Não se espera que os preços do ouro caiam em 2025, com o aumento

do valor do dólar americano e menores taxas de juros.

O “sentimento geral do mercado sugere suporte sustentado para os preços do ouro, particularmente a medida que os investidores buscam o equilíbrio de seus portfólios”^{B)} contra vários riscos econômicos e políticos”, escreveu Joseph Dahrieh, diretor administrativo da corretora Tickmill.

Compilado e adaptado. Disponível em [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/relogios-rolex-estaomais-caros-que-o-usual-por-conta-de-corrída-do-ouro/]. Publicado e consultado em 3.1.2025

No texto apresentado, propositalmente, alteramos a grafia de um dos vocábulos ali presentes, de modo que ele passou a estar redigido em desacordo com as normas ortográficas da língua portuguesa.

O vocábulo em questão é o enfatizado na alternativa:

- (A) “sites de entusiastas que rastreiam listagens”.
- (B) “equilíbrio de seus portfólios”.
- (C) “preços mais altos desanimem compradores e colecionadores de relógios”.
- (D) “raramente são impaquitados por flutuações”.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (IBAM - 2025)

Considere uma prova contendo apenas questões de Álgebra, Aritmética e Geometria. Escolhendo-se ao acaso, uma dessas questões, a probabilidade de a questão escolhida ser de Álgebra é igual a $\frac{1}{3}$ e a probabilidade de a questão ser de Aritmética é de $\frac{5}{12}$. Logo, a probabilidade de a questão escolhida ser de Geometria é igual a:

- (A) 10%
- (B) 15%
- (C) 20%
- (D) 25%

2. (IBAM - 2023)

Em uma prateleira foram colocados x livros de Economia, $(x+2)$ livros de Contabilidade e $(x+4)$ livros de Matemática Financeira. Se a probabilidade de se retirar, ao acaso, um livro de Economia dessa prateleira é $\frac{2}{7}$, a probabilidade de se retirar, também ao acaso, um livro de Contabilidade corresponde a:

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{2}{5}$

3. (IBAM - 2024)

Para uma obra foram contratados 10 engenheiros e 5 arquitetos. Escolhendo-se ao caso dois desses 15 profissionais, a probabilidade de que ambos sejam arquitetos é de:

- (A) $\frac{1}{15}$
- (B) $\frac{2}{15}$
- (C) $\frac{1}{21}$
- (D) $\frac{2}{21}$

4. (IBAM - 2024)

Em uma caixa foram colocadas cinco bolas vermelhas, três bolas brancas e duas bolas pretas.

Rodolfo retira dessa caixa, de forma consecutiva e sem reposição, duas bolas. A probabilidade de que a primeira não seja vermelha e de que a segunda seja preta está mais próxima de:

- (A) 5%

- (B) 7%
- (C) 11%
- (D) 15%

5. (IBAM - 2023)

Durante determinado período, um auditor fiscal elaborou 10 laudos tributários e 20 laudos fiscais. No mesmo período, um outro auditor elaborou 20 laudos tributários e x laudos fiscais. Escolhendo-se ao acaso um laudo elaborado por cada um desses auditores, a probabilidade de que ambos sejam tributários ou nenhum seja tributário é igual a 50%.

O valor de x é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 25

6. (IBAM - 2025)

Em um concurso público, 4.502 candidatos se inscreveram para disputar vagas para os cargos A, B, C e D. Considerando que cada candidato podia se inscrever para apenas um deles e que os cargos A, B e C tiveram, respectivamente, 1.256, 1.378 e 904 inscrições, é correto afirmar que o número de candidatos inscritos no cargo D foi igual a:

- (A) 864
- (B) 874
- (C) 964
- (D) 974

7. (IBAM - 2025)

Considerando um grupo de n pessoas, são verdadeiras as seguintes afirmações:

- 38 pessoas gostam de tapioca;
- 44 gostam de queijo coalho;
- 25 gostam de tapioca e de queijo coalho;
- 11 não gostam nem de tapioca, nem de queijo coalho.

O valor de n é:

- (A) 66
- (B) 67
- (C) 68
- (D) 69

8. (IBAM - 2023)

Trezentas e sessenta pessoas responderam uma pesquisa sobre a utilização ou não dos aplicativos de música **S** e **D**. A pesquisa revelou que:

- O número de pessoas que usam o aplicativo **S** é igual ao quádruplo do número de pessoas que usam ambos os aplicativos;
- O número de pessoas que usam o aplicativo **D** é igual ao dobro do número de pessoas que usam apenas o aplicativo **S**;

72 pessoas não usam nenhum desses aplicativos, e a partir das informações colhidas nessa pesquisa, é possível concluir corretamente que o número de pessoas entrevistadas que usam apenas um desses dois aplicativos é igual a:

- (A) 216
- (B) 240
- (C) 256
- (D) 288

9. (IBAM - 2024)

Mathilde deseja comprar um aparelho de ar-condicionado e um forno de micro-ondas. Após pesquisar os preços em diversas lojas, concluiu que gastaria um total de R\$ 4.840,00, sendo que um dos equipamentos custava R\$ 540,00 a mais que o outro.

Mathilde, então, decidiu por adquirir o equipamento mais barato, cujo preço corresponde, em reais, a:

- (A) 1.840,00
- (B) 2.150,00
- (C) 2.680,00
- (D) 3.020,00

10. (IBAM - 2024)

Uma corrida em comemoração ao aniversário da cidade juntou 3.173 pessoas. Dessas pessoas, 402 se inscreveram como servidores do município, 117 como crianças/adolescentes, e o restante como população em geral. Nessa situação, o número de adultos participantes é:

- (A) 3.056
- (B) 2.673
- (C) 2.154
- (D) 1.983

11. (IBAM - 2025)

Uma fábrica de comidas para animais tinha 3 extrusoras que, funcionando 8 horas por dia, produziam 12.000 kg de ração para cachorro em 10 dias, mas o proprietário resolveu fazer algumas modificações no

processo de produção e comprou mais 2 extrusoras, colocando todas juntas para funcionar 6 horas por dia. Se ele aceitou um pedido que ficará pronto exatamente em 15 dias, de quantos quilos de ração é essa encomenda?

- (A) A encomenda é de 27.400 quilos.
- (B) A encomenda é de 33.650 quilos.
- (C) A encomenda é de 41.280 quilos.
- (D) A encomenda é de 22.500 quilos.

12. (IBAM - 2025)

Se S é a soma de todos os divisores positivos de 105 que não são primos e P é a soma de todos os divisores positivos de 105 que são primos, a diferença $S - P$ é igual a:

- (A) 160
- (B) 162
- (C) 164
- (D) 166

13. (IBAM - 2025)

Dividindo-se dois números naturais m e n por 5 e 6, respectivamente, obtém-se o mesmo quociente e resto zero em ambas as divisões. Se o produto do MMC pelo MDC desses dois números é igual a 5.070, a soma dos algarismos de $(m + n)$ é:

- (A) 6
- (B) 7
- (C) 8
- (D) 9

14. (IBAM - 2025)

O número 630 pode ser decomposto em fatores primos como:

- (A) $2 \cdot 3^2 \cdot 5 \cdot 7$
- (B) $2^2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot 7$
- (C) $2 \cdot 3 \cdot 5^2 \cdot 7$
- (D) $2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot 11$

15. (IBAM - 2025)

Durante a manutenção de uma fábrica, o engenheiro precisa programar o acionamento simultâneo de três máquinas que funcionam em ciclos regulares: a Máquina A liga a cada 12 minutos, a Máquina B a cada 18 minutos e a Máquina C a cada 24 minutos.

Após quantos minutos as três máquinas serão ligadas ao mesmo tempo novamente?

- (A) 90 minutos.
- (B) 72 minutos.

INFORMÁTICA

1. (IBAM - 2025)

No universo da produção textual, a estética e a organização do conteúdo são tão importantes quanto a mensagem em si. Recursos como parágrafos, espaçamentos e recuos são ferramentas essenciais para garantir a clareza e a legibilidade de um texto, facilitando a compreensão do leitor e conferindo um aspecto profissional ao documento.

Um escritor está finalizando seu novo romance e precisa formatar o texto para garantir uma leitura fluida e agradável. Ele deseja que cada parágrafo do texto inicie com um recuo de 1,25 cm em relação à margem esquerda. Qual recurso do Microsoft Word ele deve utilizar para configurar essa formatação de forma eficiente em todo o documento?

- (A) Utilizar a ferramenta “Tabulação” apenas no início do segundo parágrafo.
- (B) Inserir um caractere especial de “Recuo de Parágrafo em 1,65 cm” no início de cada parágrafo.
- (C) Configurar o espaçamento entre linhas como “Exatamente 1,5 cm”.
- (D) Criar um estilo de parágrafo personalizado com o recuo de 1,25 cm na primeira linha.

2. (IBAM - 2025)

Durante a digitação de um texto no Word do pacote MS Office, em uma de suas últimas versões, como a 2021 BR, em um microcomputador Intel “desktop”, pode-se executar um atalho de teclado que produz, como resultado, uma quebra de página. Paralelamente, pressionar uma tecla de função visa realizar uma revisão no texto, na busca de erros de ortografia e gramática.

O atalho de teclado e a tecla de função são, respectivamente:

- (A) () Ctrl + Q e F7
- (B) () Ctrl + Q e F12
- (C) () Ctrl + Return e F7
- (D) () Ctrl + Return e F12

3. (IBAM - 2025)

Um editor de documentos é um aplicativo de software que melhora a produtividade e a colaboração, permitindo que os usuários criem, modifiquem e

compartilhem documentos.

Fonte: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/word/online-document-editing>

Um dos exemplos mais populares de editor de documentos é o Microsoft Word. Ele permite criar, editar, formatar e compartilhar documentos de maneira prática e eficiente, seja individualmente ou em equipe. No que se refere ao Microsoft Word, registre (V), para verdadeiro, e (F), para falso, nas afirmativas abaixo.

- () O Word não permite o uso de atalhos de teclado para comandos como copiar e colar.
- () O Word apaga automaticamente o conteúdo do documento após 30 minutos sem uso.
- () O Microsoft Word funciona apenas com acesso à internet.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **correta** dos itens acima.

- (A) F, F, F.
- (B) F, V, F.
- (C) V, V, V.
- (D) V, V, F.

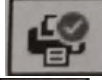
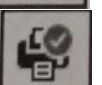
4. (IBAM - 2024)

Ao terminar a digitalização de um texto no editor Word do pacote MSOffice 2019 BR (x64), foram realizados os procedimentos descritos a seguir,

I. O cursor do mouse foi posicionado no início do documento e, em seguida, pressionada uma tecla de função que faz a verificação da ortografia e da gramática.

II. Para finalizar, foi acionado um ícone com a função de salvar o texto em um documento, existente na Barra de Ferramentas de Acesso Rápido.

A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- (A) F3 e 
- (B) F3 e 
- (C) F7 e 
- (D) F7 e 

5. (IBAM - 2024)

No uso dos recursos do Word pacote MS Office 2019 BR, em um microcomputador Intel com Windows 10 BR (x64), é possível configurar o texto digitado em dois modos, a título de orientação. Para isso, um funcionário da Câmara Municipal de Paracatu - MG deve pressionar uma das guias existentes na Barra de



Menu e pressionar o ícone localizado na Faixa de Opções. Como resultado, será mostrada uma pequena janela, exibindo os dois modos de orientação. Nessas condições, a guia e os dois modos de orientação são, respectivamente:

- (A) Layout, retrato e paisagem.
- (B) Design, retrato e paisagem.
- (C) Layout, normal e personalizado.
- (D) Design, normal e personalizado.

6. (IBAM - 2024)

No Word 2021 BR, em um notebook Intel com Windows 11 BR (x64), são mostrados diversos ícones na Faixa de Opções, quando se aciona a guia "Página Inicial" da Barra de Menu. Um dos ícones é acionado para aplicar subscrito, enquanto outro serve para aumentar o recuo, ou seja, mover o parágrafo para mais longe da margem.

Os ícones são, respectivamente:

- (A) e
- (B) e
- (C) e
- (D) e

7. (IBAM - 2024)

No Word do pacote MSOffice 2019 BR (x64), em um microcomputador Intel com Windows 10 BR (x64), enquanto o acionamento de um ícone tem por objetivo alterar o espaçamento entre as linhas do texto ou entre os parágrafos, a execução de um atalho de teclado tem por função aplicar sublinhado a uma palavra ou frase selecionada.

O ícone e o atalho de teclado citados são, respectivamente:

- (A) e Alt + S
- (B) e Alt + S
- (C) e Ctrl + S
- (D) e Ctrl + S

8. (IBAM - 2023)

Sra. Carlita gostaria de organizar um documento no Microsoft Word orientado em Paisagem.

Entretanto, não sabe como pode alterar a orientação. Selecione qual das opções abaixo é a correta para que a alteração seja feita.

- (A) Selecionar "Inserir" > "Orientação" > "Paisagem".
- (B) Selecionar "Desenhar" > "Orientação" > "Paisagem".
- (C) Selecionar "Layout" > "Orientação" > "Paisagem".
- (D) Selecionar "Design" > "Orientação" > "Paisagem".

9. (IBAM - 2023)

Jeferson está editando um arquivo de texto no Word 2019. Ele escreveu uma frase no local errado do arquivo e gostaria de recortá-la para colar em outra posição dentro do documento. Qual atalho ele pode utilizar?

- (A) Ctrl + A
- (B) Ctrl + W
- (C) Ctrl + X
- (D) Ctrl + S

10. (IBAM - 2023)

Julia precisa fazer uma apresentação para seus colegas de trabalho e para isso ela decidiu criar um documento no Microsoft Word contendo uma tabela com dados numéricos. No entanto, ela se deparou com a dificuldade de não saber como inserir a tabela no documento. Para facilitar o processo, Júlia resolveu perguntar a você, um especialista em Microsoft Word, qual é o caminho correto para acessar a ferramenta de inserção de tabela no programa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (IBAM - 2024)

A alternativa que não corresponde a um dos princípios fundamentais expressos na Constituição brasileira é:

- (A) supremacia do Poder Legislativo
- (B) Estado democrático de direito
- (C) dignidade da pessoa humana
- (D) pluralismo político

2. (IBAM - 2024)

A Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos o que se descreve nos itens:

- I. a soberania
- II. a cidadania
- III. a dignidade da pessoa humana
- IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- V. a defesa da paz através da valorização das forças

armadas

- (A) II e III, somente
- (B) I, III e V, somente
- (C) I, II, III e IV, somente
- (D) I, II, III, IV e V

3. (IBAM - 2023)

A concessão de asilo político, nos termos do previsto constitucionalmente, no Brasil, é:

- (A) um dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
- (B) uma das garantias fundamentais dos indivíduos.
- (C) um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- (D) um dos direitos sociais.

4. (IBAM - 2023)

Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio, dentre outros:

- (A) da construção de uma sociedade livre, injusta e solidária.
- (B) da cidadania.
- (C) do pluralismo político.
- (D) da solução pacífica dos conflitos.

5. (IBAM - 2023)

Responda a questão com base no que dispõe a Constituição Federal de 1988.

A soberania e o pluralismo político são:

- (A) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (B) princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (C) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (D) direitos coletivos garantidos aos brasileiros.

6. (IBAM - 2022)

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, Distrito Federal e municípios, e constitui-se em Estado Democrático de Direito. A Constituição, por sua vez, traz alguns preceitos que o legislador constituinte de 1988 determinou como fundamentos expressos. Dentre esses fundamentos, encontra-se o princípio do pluralismo político, sobre o qual podemos dizer que:

- (A) a multiplicidade de opiniões políticas deve ser sempre considerada, e em nome do pluralismo político não poderá sofrer limitações formais
- (B) a Constituição acolhe uma sociedade conditiva, de interesses contraditórios e antagônicos, na qual as opiniões não ortodoxas podem ser publicamente sustentadas, o que conduz à poliarquia, um regime onde a dispersão do Poder numa multiplicidade de grupos é tal que o sistema político não pode funcionar senão por uma negociação constante entre os líderes desses grupos

(C) o pluralismo político deverá ser mitigado sempre que se ofendam cláusulas pétreas por força da soberania nacional

(D) são características do pluralismo político: eleições periódicas para Chefe de Estado e Chefe de Governo, diversas esferas de distribuição de poder, observância dos direitos fundamentais implícitos e explícitos, e a tríplice capacidade de autogoverno e autoadministração

7. (IBAM - 2026)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Constituição Federal de 1988 estabelecem o patamar civilizatório para a atuação do Estado. No âmbito da proteção aos direitos fundamentais e à cidadania, assinale a alternativa correta.

(A) A suspensão de direitos fundamentais pode ser decretada livremente pelo chefe do Poder Executivo em situações de crise econômica prolongada, visando o equilíbrio das contas públicas.

(B) O acesso à justiça e o devido processo legal são garantias fundamentais que se estendem a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade ou condição social e econômica.

(C) Os direitos sociais, como saúde e assistência, são considerados direitos de primeira geração e não admitem a intervenção do Poder Judiciário para sua efetivação prática.

(D) A cidadania plena é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, não abrangendo a participação em instâncias de controle social de políticas públicas.

8. (IBAM - 2025)

De acordo com o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política:

(A) em quaisquer circunstâncias.

(B) inclusive se as crenças envolverem sacrifícios de animais e seres humanos.

(C) salvo se houver adoção de práticas religiosas que contradigam a religião predominante.

(D) salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei..

9. (IBAM - 2024)

Com relação às disposições da Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos e garantias fundamentais, é

correto afirmar que:

(A) conceder-se-á mandado de segurança para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

(B) é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

(C) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(D) são a todos assegurados, mediante pagamento das taxas legais, o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

10. (IBAM - 2023)

Com relação aos direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal, é correta a seguinte afirmativa:

(A) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato

(B) livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo ser exigida a concessão de licença para o exercício dessas atividades, na forma da lei

(C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente, de autorização ou de prévio aviso a autoridade competente

(D) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva

11. (IBAM - 2023)

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta acerca dos direitos e garantias fundamentais é a seguinte:

(A) a exigência de aprovação em exame de ordem para o exercício da advocacia é inconstitucional por violar o livre exercício do trabalho, ofício ou profissão

(B) as associações não poderão ser compulsoriamente dissolvidas, só podendo ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado

(C) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente

(D) é inviolável o sigilo da correspondência, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, para instruções de processos civis e

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (IBAM - 2026)

A atuação do fiscal ambiental municipal deve observar os princípios constitucionais da Administração Pública, os quais orientam a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos. Acerca de tais princípios, podemos corretamente afirmar que:

- (A) a eficiência autoriza a flexibilização da legalidade quando houver interesse público
- (B) a moralidade exige conduta ética compatível com a finalidade pública do ato
- (C) a legalidade vincula a atuação administrativa à lei, vedada a atuação discricionária
- (D) a publicidade é facultativa nos atos administrativos internos

2. (IBAM - 2024)

É **atributo direto do agente público** que pode ser exemplificado por **abuso de poder, utilização dos recursos públicos em benefício próprio ou de outrem, aceitação de propina, prática da usura, malversação e uso inadequado do patrimônio público** é um dos princípios constitucionais fundamentais da Administração Pública e é denominado:

- (A) Princípio da impessoalidade
- (B) Princípio da legalidade
- (C) Princípio da eficiência
- (D) Princípio da moralidade

3. (IBAM - 2022)

No que se refere ao regime jurídico-administrativo, um dos princípios aplicáveis à Administração Pública é o princípio da legalidade administrativa. Sobre ele, cabe dizer que:

- (A) mitiga-se quando se faz necessária a celebração de determinada demanda administrativa, podendo ter matéria regulada por outra modalidade legal que não Lei, quando necessário.
- (B) não implica observância de lei estrita, sendo o princípio compreendido também com outras espécies normativas editadas pelo próprio Poder Executivo.
- (C) pode ser resumido na observância da lei em sentido formal, não compreendendo os atos

normativos de diferentes modalidades editados pelo próprio Poder Executivo.

(D) impõe que o agente público observe, fielmente, todos os requisitos expressos na lei.

4. (IBAM - 2024)

A **declaração do Estado** ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos **sob o regime jurídico de direito público** e sujeita ao **controle do Poder Público**, denomina-se:

- (A) Chancela Pública
- (B) Atividade Administrativa
- (C) Ato Administrativo
- (D) Função Pública

5. (IBAM - 2025)

Acerca das diversas classificações, atributos e elementos do ato administrativo, comumente consagrados pela doutrina administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) A imperatividade é um atributo presente em todos os atos administrativos, independentemente de sua natureza.
- (B) A finalidade específica do ato administrativo pode ser alterada pelo agente público, desde que atenda ao interesse público geral.
- (C) A autoexecutoriedade dos atos administrativos depende de previsão legal ou situação de urgência.
- (D) A delegação de competência pode ser realizada mesmo em atos normativos, desde que não haja vedação legal.

6. (IBAM - 2025)

Acerca dos atributos do ato administrativo, está correta a seguinte afirmativa:

- (A) Autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância.
- (B) Imperatividade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância.
- (C) Exigibilidade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato goza de presunção relativa de

legitimidade e veracidade.

(D) Presunção de legitimidade e veracidade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato goza de presunção absoluta de legitimidade e veracidade.

7. (IBAM - 2023)

Acerca dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta:

(A) São requisitos do ato administrativos a competência, a forma, a finalidade, a motivação e o objetivo.

(B) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é uma presunção absoluta que não permite prova em contrário.

(C) O atributo da autoexecutoriedade corresponde à possibilidade de o ato administrativo ser executado pela administração pública, sem necessidade de autorização judicial.

(D) A administração pública pode revogar seus atos quando estes contenham vícios de legalidade e anulá-los por razões de conveniência e oportunidade.

8. (IBAM - 2023)

Indique a alternativa correta que relaciona os atributos do ato administrativo aos seus respectivos conceitos:

(A) *Auto-executoriedade*: poder da Administração Pública de executar as suas próprias decisões sem haver necessidade da tutela judicial. Assim, a Administração Pública por si só cumpre as suas funções com os seus próprios meios, ainda quando tal execução interfira na esfera privada do administrado.

(B) *Tipicidade*: aquele que desejar opor-se na via judicial a certo ato administrativo, por entender que tal ato é ilegal, deverá arcar com ônus da prova de tal ilegalidade.

(C) *Presunção de legitimidade*: Imposição do ato administrativo perante terceiros independente da concordância destes, ou seja, o Poder público poderá editar provimentos que irão interferir na esfera jurídica de outrem, constituindo-o unilateralmente, em obrigação.

(D) *Imperatividade*: o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

9. (IBAM - 2026)

Entre as espécies de atos administrativos, aquele destinado a especificar os mandamentos da lei, caracterizado pela generalidade e abstração, recebe a seguinte denominação:

- (A) punitivo
- (B) negocial
- (C) enunciativo
- (D) normativo

10. (IBAM - 2025)

Um exemplo de ato punitivo e um de ato negocial estão apresentados, respectivamente, na seguinte alternativa:

- (A) advertência e licença
- (B) autorização e multa administrativa
- (C) permissão e cassação
- (D) aprovação em concurso e suspensão

11. (IBAM - 2024)

O ato administrativo, expedido por uma autoridade administrativa, que tem como objetivo complementar as leis e os decretos, mas sem jamais alterar, transpor, inovar ou modificar o texto da norma que complementa, padronizando as rotinas de trabalho, criando procedimentos de controle, a fim de formalizar a execução do serviço de modo claro, eficiente e eficaz, denomina-se:

- (A) portaria administrativa
- (B) boletim interno
- (C) instrução normativa
- (D) requerimento parlamentar

12. (IBAM - 2024)

O decreto, ato de competência privativa do prefeito, é utilizado para:

- (A) abertura de sindicância e processos administrativos.
- (B) criação de comissões e designação de seus membros.
- (C) autorização para contratação de pessoal por prazo determinado e dispensa.
- (D) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da administração direta.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (IBAM - 2025)

Sobre as classificações dos materiais, existe uma classificação que leva em consideração a alteração das propriedades físico-químicas do material, que é por:

- (A) aplicação na organização
- (B) periculosidade
- (C) perecibilidade
- (D) demanda

2. (IBAM - 2023)

Entre os parâmetros para identificação e distinção entre materiais de consumo e permanentes, a durabilidade é um dos mais determinantes. Este conceito pode ser expresso, com relação ao material de consumo, da seguinte forma:

- (A) quando adquirido para fim de transformação
- (B) cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irreversibilidade e/ou perda de sua identidade
- (C) quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal
- (D) quando em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos
- (E) quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso

3. (IBAM - 2023)

Na curva ABC, de controle de estoques, a classe que apresenta maior número de itens, mas de pouca importância financeira, é:

- (A) C
- (B) A
- (C) D
- (D) B

4. (IBAM - 2025)

As medidas para a uniformização do emprego e do tipo material, visando facilitar a sua aquisição e seu controle, correspondem à seguinte etapa da classificação de materiais:

- (A) catalogação
- (B) simplificação
- (C) padronização
- (D) classificação

5. (IBAM - 2025)

No contexto da gestão de materiais e estoques, a codificação é um processo subsequente e dependente da classificação do material. A principal finalidade da codificação de materiais é:

- (A) () determinar o valor de reposição e o valor de venda do material, auxiliando diretamente na avaliação patrimonial e na depreciação.
- (B) () padronizar as especificações técnicas de compra, evitando variações desnecessárias na qualidade e nas dimensões dos produtos.
- (C) () definir a curva de demanda e a rotatividade do material no almoxarifado, indicando os itens de maior e de menor consumo.
- (D) () atribuir um código numérico ou alfanumérico simplificado a cada item, eliminando a ambiguidade na sua identificação e registro.

6. (IBAM - 2025)

A Curva ABC classifica os itens de estoque em três categorias (A, B e C). A categoria A é a de maior relevância gerencial, sendo composta por itens que, geralmente, representam:

- (A) () grande volume físico de itens, baixo valor monetário individual e alta simplicidade nos procedimentos de controle e conferência.
- (B) () itens de consumo sazonal ou esporádico, cuja falta não compromete criticamente as atividades essenciais da Câmara Municipal.

(C) () cerca de 50% do total de itens em estoque, exigindo um controle e monitoramento intermediário entre as categorias A e C.

(D) () pequeno volume de itens, mas que respondem pela maior porcentagem do valor total consumido anualmente pelo órgão.

7. (IBAM - 2025)

Importante atribuição de quem atua diretamente no setor de compras da Administração é a questão da logística dos objetos adquiridos. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

(A) O licitante não precisa se preocupar com as condições logísticas de entrega se o objeto licitado for de fácil transporte e não exigir cuidados especiais.

(B) A logística na licitação refere-se exclusivamente ao transporte do objeto contratado, não considerando outros aspectos como armazenamento e distribuição.

(C) O plano logístico apresentado pelo licitante deve detalhar as condições de transporte, armazenamento, e entrega do objeto, garantindo que a execução do contrato ocorra conforme os prazos e condições estabelecidos.

(D) A logística no contexto da licitação não é responsabilidade do licitante, sendo de total incumbência da Administração Pública definir as condições de transporte e entrega do objeto.

8. (IBAM - 2025)

A Associação Brasileira de Logística (ASLOG) define logística como “a gestão do fluxo e da armazenagem de bens, serviços e informações desde a origem até o consumo, com o objetivo de atender às necessidades dos clientes de forma eficientes e eficaz.”

Nesse contexto, considera-se que as atividades de importância primária para a logística são o transporte, a manutenção de estoque e:

- (A) o sistema de informações
- (B) o processamento de pedidos
- (C) a regularidade das aquisições
- (D) a adequação das embalagens

9. (IBAM - 2025)

O denominado Follow up é uma prática importante na cadeia de fornecimento, aplicado tanto na esfera pública quanto privado. Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.

I. O follow up de compras é uma prática que visa garantir que os pedidos sejam entregues dentro

dos prazos acordados e com a qualidade solicitada, prevenindo atrasos e erros que possam afetar a cadeia de suprimentos e a experiência do cliente.

II. O follow up de compras e o follow up de vendas são práticas independentes e não têm relação entre si.

III. O follow up de compras só deve ser feito de forma corretiva, quando já houver problemas com os prazos ou entregas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.

10. (IBAM - 2024)

Os critérios de economia ou economicidade, eficiência e eficácia estão no âmbito do processo e os critérios de efetividade, relativos aos efeitos de impacto, estão no âmbito dos usuários públicos, isto é, externo aos espaços de poder e de atuação dos gestores públicos do processo. A eficiência está relacionada ao critério que considera:

- (A) os efeitos imediatos e os impactos obtidos pela execução das ações no ambiente dos demandantes ou dos públicos-alvo
- (B) a relação entre os resultados obtidos e os resultados planejados, isto é, o atendimento aos requisitos dos produtos disponibilizados e dos serviços prestados
- (C) a relação entre os insumos planejados para a execução de ações e os que são efetivamente consumidos
- (D) a relação entre o que foi produzido e os insumos consumidos, isto é, o rendimento ou a produtividade dos insumos aplicados

11. (IBAM - 2023)

Atitudes preconceituosas no atendimento constituem um tipo de barreira psicológica ao processo de comunicação, o que deve ser evitado. Este tipo de atitude se manifesta da seguinte forma:

- (A) o emissor só ouve o que é do seu interesse ou o que coincida, com a sua opinião.
- (B) dificuldade do emissor para se expressar com clareza, devido a timidez ou inibição.
- (C) percepção indevida das diferenças socioculturais, raciais, religiosas, hierárquicas, entre outras.

DIREITO PENAL

1. (IBAM - 2023)

Tendo em vista o previsto pelo Código Penal Brasileiro, trata-se de homicídio qualificado aquele cometido:

- I. para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- II. por agente impelido por motivo de relevante valor social.
- III. por motivo fútil.
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Os itens I, II e III estão corretos.

2. (IBAM - 2024)

O homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino é chamado:"

- (A) homicídio especial.
- (B) infanticídio.
- (C) homicídio simples.
- (D) feminicídio.

3. (IBAM - 2023)

Considerando os crimes previstos no Código Penal, assinale a alternativa que apresenta um tipo penal configurado como crime contra a vida.

- (A) Feminicídio.
- (B) Extorsão.
- (C) Dano.
- (D) Furto.

4. (IBAM - 2025)

Durante o atendimento a uma ocorrência de lesão corporal envolvendo agressão dentro de uma residência, o guarda municipal identificou que a vítima, companheira do agressor, apresentava deformidade permanente resultante das agressões. Além disso, constatou-se que o autor já havia sido denunciado anteriormente por conduta semelhante. Diante dessa situação e considerando os dispositivos legais aplicáveis ao crime de lesão corporal, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se lesão culposa a conduta do agente que, mesmo intencional, atinge parente próximo no

contexto de violência doméstica, com pena prevista de detenção de 2 meses a 1 ano.

(B) É cabível a substituição da pena por multa nos casos de lesão grave, desde que o agente alegue violenta emoção e tenha ocorrido provocação da vítima, conforme previsão do §5º do Art. 129.

(C) Reconhece-se o agravante específico previsto no §9º apenas quando a lesão for praticada em local público, não se aplicando aos casos ocorridos no domicílio da vítima.

(D) Classifica-se como lesão corporal de natureza grave quando há deformidade permanente, sendo a pena de reclusão de dois a oito anos, conforme o §2º do Art. 129.

5. (IBAM - 2022)

Em uma escola na Estância Balneária de Praia Grande, durante o intervalo de aula, os alunos José Pedro e João Miguel começam a discutir. Ambos têm 19 anos. Durante a discussão, José Pedro acaba por agredir fisicamente João Miguel, ofendendo sua Integridade corporal. Em decorrência da briga, João Miguel fica incapacitado de frequentar as aulas por 45 (quarenta e cinco) dias, enquanto se recupera. Tendo em vista o que dispõe o Código Penal, assinale a alternativa que contenha o crime praticado por José Pedro.

- (A) Tentativa de homicídio culposo.
- (B) Lesão corporal de natureza grave.
- (C) Lesão corporal leve.
- (D) Ofensa à integridade física e moral.

6. (IBAM - 2024)

A conduta de caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime, caracteriza o crime de:

- (A) injúria
- (B) difamação
- (C) lesão
- (D) calúnia.

7. (IBAM - 2023)

As penas cominadas aos crimes contra honra aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido, dentre outros:

- (A) na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.
- (B) contra criança, adolescente ou médico no exercício da profissão.
- (C) contra chefe de governo estrangeiro ou medianamente paga ou promessa de recompensa.
- (D) em quaisquer modalidades das redes sociais da rede mundial de computadores ou contra membro do Supremo Tribunal Federal.

8. (IBAM - 2022)

Não constitui injúria ou difamação punível, entre outras, conforme expressa previsão do Código Penal:

- (A) ofensa dirigida é reputação de funcionário público, salvo se durante o exercício da função.
- (B) fato que consista em violência ou vias de fato.
- (C) ofensa ao decoro do alguém que já tenha sido condenado por crime doloso contra vida.
- (D) o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

9. (IBAM - 2024)

No que se refere ao crime de ameaça, tipificado no art. 147 do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- (A) não constitui crime se a conduta for praticada pelas redes sociais.
- (B) se praticada por escrito, fica o autor isento de pena,
- (C) a ameaça por gesto não é crime.
- (D) o crime de ameaça somente se procede mediante representação

10. (IBAM - 2024)

Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia, configura o crime de:

- (A) dano.
- (B) esbulho.
- (C) destruição.
- (D) inutilização.

11. (IBAM - 2021)

Segundo o Código Penal brasileiro, qual dos crimes abaixo é qualificado quando cometido contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos?

- (A) Fraude à execução.
- (B) Alteração de limites.
- (C) Dano.
- (D) Apropriação indébita.

12. (IBAM - 2020)

Segundo o Código Penal:

- (A) a calúnia é crime contra a honra cuja exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- (B) não há lesão corporal culposa.
- (C) o crime introdução ou abandono de animais em propriedade alheia somente se procede mediante queixa.
- (D) "destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa" é uma das causas de aumento de pena do furto.

13. (IBAM - 2022)

Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento corresponde, segundo previsão do Código Penal, ao crime do:

- (A) receptação.
- (B) apropriação Indébita.
- (C) estelionato.
- (D) extorsão.

14. (IBAM - 2023)

A conduta de adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte, configura crime de:

- (A) estelionato.
- (B) fraude no comércio.
- (C) apropriação indébita.
- (D) receptação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2025)

Inconformada com a decisão que indeferiu seu pedido de progressão de regime prisional a João, a defesa do sentenciado apresentou recurso para a instância superior, argumentando o seguinte: “Constata-se da decisão a ausência de qualquer análise acerca das condições e requisitos preenchidos pelo postulante para a progressão pretendida, apenas mencionando a decisão acerca da impossibilidade, por ora, de se atender ao pleito, sem tecer uma linha sequer da situação específica do requerente”.

Nota-se, pois, que a alegação da defesa se baseia em eventual descumprimento pelo magistrado do princípio do direito processual penal

- (A) do livre convencimento motivado.
- (B) da verdade real.
- (C) do juiz natural.
- (D) da publicidade.
- (E) do duplo grau de jurisdição.

2. (2025)

A Constituição Federal, por seus princípios e regras, estabelece a vigência de um sistema processual penal do tipo acusatório, previsão reforçada pelo disposto no art. 3º A, da Lei nº 13.964/2019. São características deste sistema

- (A) publicidade dos atos processuais, fundamentação das decisões judiciais e suficiência da confissão como único meio de formação do livre convencimento motivado do julgador.
- (B) a verdade real, a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana.
- (C) a ampla iniciativa probatória do juiz, o contraditório e a ampla defesa.
- (D) a separação das funções de acusar e julgar, a presunção de inocência e a oralidade como regra.
- (E) o reexame obrigatório das decisões que absolvem o réu (primeira fase do júri), a igualdade das partes e a presunção de inocência.

3. (2024)

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

4. (2023)

O direito de toda pessoa acusada de delito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, previsto na Convenção americana de Direitos Humanos, refere-se diretamente do princípio

- (A) da presunção de inocência.
- (B) da motivação das decisões judiciais.
- (C) do juiz natural.
- (D) da identidade física do juiz
- (E) do duplo grau de jurisdição

5. (2022)

No Brasil, o princípio da proibição da dupla persecução penal ou da vedação à dupla incriminação:

- (A) tem expressa previsão na Constituição da República de 1988;
- (B) não tem previsão normativa, o que impede sua aplicação;
- (C) tem expressa previsão no Código de Processo Penal;

- (D) não tem previsão normativa, decorrendo implicitamente da Constituição da República de 1988;
(E) tem expressa previsão na legislação processual penal extravagante.

6. (2022)

Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- (A) soma aritmética dos prazos processuais;
(B) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;
(C) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;
(D) princípio da razoabilidade e das peculiaridades do caso;
(E) análise dos prazos previstos em lei, de maneira individual.

7. (2021)

No curso de inquérito policial para investigar a prática de crime sexual, a autoridade policial entendeu necessária a realização de exame de DNA de Leonardo, suspeito do delito, para colher informações sobre a sua autoria.

Nesse sentido, a prova em questão:

- (A) não poderá ser recusada por Leonardo, diante da sua condição de indiciado, independentemente de exigir comportamento ativo ou passivo;
(B) poderá ser realizada, independentemente da concordância de Leonardo, ainda que invasiva, mas exige decisão judicial prévia;
(C) poderá ser recusada por Leonardo no curso do inquérito policial, mas não no curso de processo judicial;
(D) poderá ser realizada sobre material descartado por Leonardo, independentemente de sua concordância;
(E) poderá ser realizada independentemente da concordância de Leonardo, ainda que exija comportamento ativo do agente, desde que sujeita ao contraditório e ampla defesa.

8. (2024)

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito

policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
(B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.
(C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.
(D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.
(E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

9. (2024)

Instaurado inquérito policial para apurar o crime de tráfico de pessoas previsto no Art. 149-A do Código Penal, o Ministério Público requereu autorização judicial para que as empresas prestadoras de serviços de telecomunicação disponibilizassem imediatamente os meios técnicos adequados que permitissem a localização da vítima. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) não havendo manifestação judicial no prazo de 12 horas, o Ministério Público requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados, com imediata comunicação ao juiz;
(B) poderá o representante legal da vítima, uma vez habilitado como assistente, não havendo manifestação judicial em 24 horas, requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados;
(C) não havendo manifestação judicial em 24 horas, o Ministério Público requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os meios técnicos

DIREITO CIVIL

1. (2026)

De acordo com o Código Civil, a menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Analise as afirmações a seguir:

I. A incapacidade cessará para os menores pelo casamento.

II. A incapacidade cessará para os menores pela colação de grau em curso de ensino médio.

(A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é um complemento da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições falsas.

(E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é um complemento da I.

2. (2026)

No que se refere à incapacidade civil, julgue os itens a seguir como Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

() São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.

() Os menores de 16 (dezesseis) anos podem exercer pessoalmente os atos da vida civil, desde que assistidos por seus responsáveis legais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

(A) F – F – V

(B) V – V – F

(C) F – V – V

(D) V – F – V

(E) V – F – F

3. (2024)

De acordo com Código Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A maioridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

(B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

(C) Toda pessoa é incapaz de direitos e deveres na ordem civil.

(D) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

(E) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os menores de dezesseis e maiores de dezoito anos.

4. (2023)

Quanto à personalidade e à capacidade, de acordo com o atual Código Civil, assinale a alternativa **correta**.

(A) Mesmo que o menor case não terá a incapacidade cessada;

(B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

(C) A emancipação voluntária do menor, pelos pais, só é possível se aquele tiver ao menos dezesseis anos completos;

(D) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os menores de 16 (dezesseis) anos;

(E) Nenhuma das assertivas anteriores está correta.

5. (2023)

O Código Civil brasileiro de 2002, quanto à personalidade e à capacidade das pessoas naturais, estabelece que:

(A) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer os menores de dezesseis anos;

(B) A incapacidade, para os menores púberes, não

cessará pelo casamento;

(C) Para os menores púberes, a incapacidade cessará pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, haja economia própria;

(D) Sem a decretação de ausência a morte presumida não pode ser declarada;

(E) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

6. (2023)

De acordo com o Art. 5º, Código Civil, A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Entretanto, de acordo com o Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior; Está correto o que se afirma em:

(A) I e II apenas.

(B) I, II e III apenas.

(C) I e III apenas.

(D) I, II III e IV.

(E) II, III e IV apenas

7. (2023)

Acerca da emancipação dos filhos pelos pais, institui o atual Código Civil que:

(A) Os filhos apenas podem ser emancipados por seus pais se detiverem economia própria.

(B) A emancipação voluntária dos filhos pelos pais prescinde de atos formais e específicos, dependendo apenas da mera vontade e pedido dos filhos.

(C) O ato de emancipação dos filhos com dezesseis anos completos pelos pais pode se dar mediante instrumento público, independente de homologação judicial.

(D) Os pais não podem emancipar os seus filhos em nenhuma hipótese.

(E) O ato de emancipação dos filhos pelos pais pode se dar mediante instrumento público desde que seja devidamente homologado pelo juiz.

8. (2022)

O Art. 3º do Código Civil discorre que são absolutamente incapazes de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil os menores de:

(A) 16 anos.

(B) 17 anos.

(C) 18 anos.

(D) 20 anos.

(E) 21 anos.

9. (2022)

O Art. 4º do Código Civil relata que não são incapazes, relativamente, a certos atos ou à maneira de os exercer:

(A) os maiores de dezoito e menores de vinte e um anos.

(B) os ébrios habituais.

(C) os viciados em tóxico.

(D) os pródigos.

(E) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

10. (2022)

O Art. 8º do Código Civil discorre que se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão:

(A) convalescentes.

(B) incapacidade absoluta.

(C) emancipação por outorga.

(D) fixar a data provável do falecimento.

(E) simultaneamente, mortos.

11. (2020)

No que se refere às pessoas naturais, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

I – Os pródigos, ainda que relativamente incapazes, podem praticar, validamente, atos de administração patrimonial, como, por exemplo, a transação financeira perante bancos e a constituição de hipotecas sobre bens imóveis.

II – São atributos da personalidade civil ou personalidade: nome, estado (status), domicílio, capacidade e fama.

III – A incapacidade é a restrição legal aos atos da vida civil, sendo esta, no ordenamento jurídico brasileiro, exclusivamente, de fato ou exercício.

(A) Apenas o item I é verdadeiro.

(B) Apenas o item II é verdadeiro.

(C) Apenas o item III é verdadeiro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2023)

No tocante às normas fundamentais do Processo Civil, sobre a função jurisdicional e a ação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação declaratória somente é admissível se não tiver ocorrido a violação do direito.
- (B) No sistema processual vigente, as normas processuais civis mais benéficas retroagem.
- (C) Segundo a teoria da asserção, adotada pelo atual Código de Processo Civil, as condições da ação devem ser analisadas somente no momento da sentença, pois, são consideradas matéria de mérito.
- (D) Segundo o Superior Tribunal de Justiça – STJ, o provimento jurisdicional que atribui classificação jurídica aos fatos controvertidos em contraste à pretensão da parte, aplicando a lei aos fatos descritos no processo, não viola o princípio da não-surpresa.

2. (2024)

José é juiz de direito, lotado em uma das comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e exerce sua atividade jurisdicional na 18ª Vara Civil de seu município, atuando, em regra, em conflitos de interesse que são submetidos à sua apreciação. Desse modo, pode-se afirmar que José exerce a jurisdição

- (A) mista.
- (B) superior.
- (C) de segundo grau.
- (D) de primeiro grau.

3. (2025)

No que diz respeito à jurisdição e competência, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício pelo juiz, a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (B) A jurisdição, como poder-dever do Estado, é passível de renúncia pelas partes mediante convenção arbitral.
- (C) A competência absoluta pode ser modificada por convenção das partes, desde que haja expressa anuência do juiz.

(D) O ajuizamento de ação em juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda, constitui prática abusiva que justifica a declinação de competência de ofício.

4. (2025)

Regina e Mário viveram em união estável na cidade de Curitiba-PR. Eles não tiveram filhos. Em 2022, Mário faleceu. Seu único parente vivo era seu pai, Artur, residente em Salvador-BA. Após o falecimento, Regina, que atualmente mora em Goiânia-GO, decidiu ingressar com ação de reconhecimento de união estável post mortem para garantir seus direitos sucessórios. À luz do CPC/2015 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta quanto ao foro competente para o ajuizamento da ação.

- (A) O foro competente é o do último domicílio do casal, em Curitiba-PR.
- (B) O foro competente é o do atual domicílio da autora, em Goiânia-GO.
- (C) O foro competente é o do domicílio do pai sobrevivente, em Salvador-BA.
- (D) A autora pode escolher livremente entre Curitiba-PR, Salvador-BA ou Goiânia-GO, em razão da regra de competência concorrente.

5. (2024)

A respeito da arguição de incompetência, é **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) A parte que arguir incompetência relativa poderá suscitar conflito de competência.
- (B) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, a ação deverá ser extinta sem resolução do mérito.
- (C) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- (D) Salvo decisão judicial em sentido contrário, não surtirão efeitos as decisões proferidas por juízo incompetente quando reconhecida a incompetência.
- (E) O despacho que ordena a citação, proferido por juízo incompetente, não interromperá a prescrição.

6. (2023)

Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes forem comuns:

- (A) a data da distribuição ou as partes
- (B) a causa de pedir ou a data da distribuição
- (C) as partes
- (D) o pedido ou a causa de pedir
- (E) as partes ou a causa de pedir

7. (2023)

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil a respeito da Competência, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.
- (B) Quando o réu não tiver domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.
- (C) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do autor, independentemente do local em que se encontra a coisa.
- (D) Regra geral, o foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

8. (2022)

A incompetência do Juízo, seja absoluta ou relativa, é matéria a ser alegada como questão preliminar de contestação. Sobre a incompetência, são regras dispostas pelo Código de Processo Civil, **EXCETO**:

- (A) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.
- (B) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.
- (C) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.
- (D) A incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, sendo vedada a sua declarada de ofício.
- (E) Após manifestação da parte contrária, o

juiz decidirá imediatamente a alegação de incompetência.

9. (2024)

Em relação aos menores de dezoito anos de idade, titulares de direito material violado, é CORRETO o que se afirma em:

- (A) Poderão ajuizar a ação competente sem estarem representados ou assistidos, por possuírem capacidade processual.
- (B) Não poderão ajuizar a ação competente, devido à falta de capacidade para ser parte.
- (C) Não poderão ajuizar a ação competente sem estarem representados ou assistidos, em razão da falta de capacidade processual.
- (D) Não poderão ajuizar a ação competente sem estarem representados ou assistidos, em razão da falta de capacidade postulatória.
- (E) O menor de dezesseis anos poderá ajuizar a ação competente mediante assistência e o maior de dezesseis anos ou com dezesseis anos completos mediante representação.

10. (2023)

De acordo com a sistemática constante do Código de Processo Civil, é correto afirmar que as autarquias municipais serão representadas ativa e passivamente:

- (A) pelo Prefeito.
- (B) por seus procuradores autárquicos.
- (C) por quem a lei do município designar.
- (D) pelo dirigente máximo da autarquia.

11. (2025)

Sobre os honorários advocatícios, com base nos artigos 85 e 86 do Código de Processo Civil:

- (A) quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data de distribuição da ação.
- (B) sempre que um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, ele responderá proporcionalmente pelas despesas e honorários.
- (C) nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por ambas as partes, independentemente de quem deu causa ao processo.
- (D) caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!